



miguilim

revista eletrônica do netli

volume 10, número 3, set.-out. 2021

“COMUNIDADE DE VALORES”: DISCURSOS REIVINDICATÓRIOS DOS SURDOS POR SOLIDARIEDADE¹



“COMMUNITY OF VALUES”: DEAF PEOPLE’S CLAIMS FOR SOLIDARITY

Juliana Barbosa ALVES
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Cleide Emília Faye PEDROSA
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AS AUTORAS
RECEBIDO EM 09/05/2021 • APROVADO EM 08/02/2022
DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v10i3.3460>

Resumo

Este artigo se insere nas áreas de Linguística, Educação e Direitos Humanos e evoca os direitos dos surdos, tendo como objetivo analisar o discurso reivindicatório do surdo sobre o direito a uma vida social inclusiva como resposta aos posicionamentos

¹ Recorte do Projeto de Pesquisa – Papel da Análise Crítica do Discurso nas práticas sociais: desigualdade social, aprendizagem cidadã e empoderamento (PVD6401-2018), com bolsa de IC do CNPq.

excludentes dos ouvintes sobre o tema da redação do ENEM 2017, a saber, “Desafios para a formação de surdos no Brasil”. Dentre os discursos, selecionamos o texto de um surdo para, através de uma metodologia qualitativa, ser analisado. Estabelecemos diálogo entre três áreas: Análise Crítica do Discurso (ACD), Estudos Surdos (ES) e Luta por Reconhecimento (LR). O grande objetivo da ACD é se engajar politicamente com a causa dos excluídos, assim a comunidade surda justifica a escolha. Esta comunidade sempre foi vítima de preconceito, de testagem pedagógica. Um dos marcos para sua educação foi o Congresso de Milão (ROCHELLE, 1880). Dentre as teorias em diálogo, a Luta por Reconhecimento defende que os sujeitos, nas relações intersubjetivas, travam uma luta constante por reconhecimento (HONNETH, 2009). Os resultados da análise demonstraram que a educação dos surdos, mesmo com avanços, como o reconhecimento de sua língua por Lei e Decreto, está aquém de uma sociedade que possa ser chamada de inclusiva.

Abstract

This article is inserted in the areas of Linguistics, Education, and Human Rights and evokes the deaf rights. Our objective is to analyze the claiming speech of the deaf about the right to an inclusive social life in response to the exclusionary positions of hearing people on the theme ENEM 2017 “Challenges for the deaf education in Brazil”. Among the speeches, we selected and analyzed a text of a deaf person through a qualitative methodology. We established a dialogue among three areas: Critical Discourse Analysis (CDA), Deaf Studies (DS), and Struggle for Recognition (SR). CDA's main objective is to engage politically with the cause of excluded people. Thus, the deaf community justifies the choice. This community has always been a victim of prejudice and pedagogical testing. One of the milestones for their education was the Milan Congress (ROCHELLE, 1880). Among the theories in dialogues, the Struggle for Recognition argues that the subjects, in intersubjective relationships, fight a constant struggle for recognition (HONNETH, 2009). The results of the analysis showed that the education of the deaf, even with advances, such as the recognition of their language by Law and Decree, falls short of the so-called inclusive society.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Direitos. Solidariedade. Surdos.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Rights. Solidarity. Deaf.

Texto integral

Introdução

A voz dos surdos são as mãos e os corpos que pensam, sonham e expressam. As línguas de sinais envolvem movimentos que podem parecer sem sentido para muitos, mas que significam a possibilidade de organizar as idéias, estruturar o pensamento e manifestar o significado da vida para os surdos. Pensar sobre a surdez requer penetrar no “mundo dos surdos” e “ouvir” as mãos que, com alguns movimentos, nos dizem o que fazer para tornar possível o contato entre os mundos envolvidos, requer conhecer a “língua de sinais”. Permita-se “ouvir” essas mãos, pois somente assim será possível mostrar aos surdos como eles podem “ouvir” o

silêncio da palavra escrita. (QUADROS, 1997, p. 119, grifos da autora).

Considerando-se que a educação dos surdos sempre foi vista às margens da realidade educacional do Brasil, bem como seus direitos humanos e linguísticos, esta reflexão está norteada pelos direitos desse grupo vulnerável, a fim de expor seus problemas sociais buscando a justiça e a equidade, dois pilares indelévels para as ciências críticas (FAIRCLOUGH, 2008; GONÇALVES-SEGUNDO, 2018). A justificativa da escolha está ancorada no principal objetivo da Análise Crítica do Discurso, doravante ACD, que é se engajar politicamente com a causa dos excluídos, como também desvendar os discursos naturalizados de preconceito, discriminação e opressão, visando ao empoderamento dos grupos vulneráveis, neste caso, a comunidade surda.

Em sequência, o objetivo deste artigo é analisar o discurso reivindicatório do Povo Surdo sobre o direito a uma vida social inclusiva como resposta aos posicionamentos excludentes dos ouvintes sobre o tema da redação do ENEM 2017. No Brasil, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é um exame para acesso ao ensino superior. Em 2017, o tema para a produção textual foi “Desafios para a formação de surdos no Brasil”, e, por isso, levantaram-se muitas vozes consonantes e dissonantes sobre essa temática nas mídias.

A fim de desenvolver o texto, optamos pela seguinte configuração: os aportes teóricos; os caminhos metodológicos e linguísticos; e as análises e a reflexão. Compondo a primeira parte, temos: a apresentação do aporte norteador, ou seja, da Análise Crítica do Discurso; um estudo sobre a educação e a língua do Povo Surdo através dos Estudos Surdos; e a “Luta por Reconhecimento” como aporte que fundamenta a luta do Povo Surdo por seus direitos. Na segunda parte, por sua vez, explicitamos os caminhos metodológicos de uma metodologia qualitativa-interpretativa e os caminhos linguísticos embasados na Gramática Sistêmico-Funcional. Por fim, trazemos a análise e as reflexões que buscam lançar um olhar sobre a solidariedade necessária à causa surda.

1 Análise Crítica do Discurso: um aporte norteador

É outorgado a Norman Fairclough o reconhecimento da criação do nome do campo de estudo Critical Discourse Analysis (CDA), ou, para nós, Análise Crítica do Discurso (ACD) ou Análise de Discurso Crítica (ADC), a depender da tradução escolhida pelos grupos de pesquisa. A primeira publicação internacional com essa teoria ocorreu em 1985, no *Journal of Pragmatics*. Já no Brasil, Izabel Magalhães, da Universidade de Brasília, é sempre citada como uma das pioneiras, pois pesquisa a partir dessa teoria desde 1985 (CRUZ; PEDROSA, 2011; BATISTA JR.; SATO; MELO, 2018). Segundo Pedrosa (2012), “pesquisadores nacionais despontam para analisar questões glocalizadas e globalizadas, principalmente, envolvendo diálogos com os países da América Latina”, porém, como destaca a autora, “sem perder a identidade com o tratamento dos problemas que envolvem as pesquisas mais identitárias de nosso país” (PEDROSA, 2012, p. 01).

Constituindo “pesquisas mais identitárias de nosso país”, apontamos as que envolvem grupos vulneráveis, grupo que, em seu histórico, tem sido prejudicado

por outros grupos hegemônicos que se pronunciam como donos do poder. Por essa razão, o grande objetivo desse campo teórico-metodológico, a ACD, é se engajar politicamente com a causa dos excluídos socialmente.

Para Van Dijk (2008, p. 114, *itálico do autor*), “a reflexão acerca do papel dos acadêmicos na sociedade e na *polis* transforma-se em uma parte inerente da tarefa proposta pela análise do discurso”. E, como tal, os analistas críticos deveriam orientar “suas pesquisas em solidariedade e cooperação com os grupos dominados” (VAN DIJK, 2008, p. 114). Logo, o papel dos analistas críticos é buscar e desvelar as discriminações que estão gravadas nos sistemas semióticos contidos na ideologia da comunicação, os quais tipificam os sujeitos por sua raça, classe social etc. (CALDAS-COULTHARD, 2016).

A ACD busca tornar explícito o que está implícito no discurso; aquilo que já foi naturalizado e, por esse motivo, não se mostra claro na superfície textual. À vista desse posicionamento teórico, o texto é considerado a unidade fundamental para a análise crítica e, assim, a unidade mínima para essa análise. Seu foco permeia os textos e a ordem do discurso, que é uma estrutura social mais ou menos estabilizada da linguagem. Na perspectiva da ACD, a preocupação é com a continuidade e com a mudança dessas ordens do discurso, assim como com o que ocorre em determinados textos. A conexão entre essas duas preocupações se configura na forma como os textos são analisados, conforme explicitam Vieira e Macedo (2018). Complementando a importância dessa perspectiva de análise textual, temos, com Gonçalves-Segundo, o seguinte:

Em outros termos: os recursos linguísticos dão pistas parciais e, não raro, opacas, acerca da estrutura social; cabe ao analista partir desses traços dispersos pela superfície textual, para, em face do conhecimento sobre o contexto - situacional, social, cultural -, depreender aquilo que está “invisível” na estrutura e que serve como meio de legitimação e mobilização de dadas ações sociais e não de outras. (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 83, grifo do autor).

Nesse contexto, na análise, com base na crítica do discurso, é possível notar a estreita relação entre texto e sociedade. Para descrever, explicitar, mostrar e interpretar os variados discursos nas práticas sociais, é imprescindível incluir o contexto social nas análises da tessitura textual. O texto traz consigo as marcas dos atores sociais que se utilizam dele, com isso o texto é representação de mundo, é interação, é identificação dele mesmo e também é, em última instância, sua própria revelação.

Fairclough (2008) aponta que a análise de discurso textualmente orientada considera a relação dialética entre discurso e sociedade, em que as duas faces se adaptam mutuamente. Logo, a ACD coloca seu foco nessa dialética, na medida em que se interessa em analisar as relações estruturais – claras ou encobertas – de discriminação, de poder e de opressão reveladas no discurso (VIEIRA; MACEDO, 2018).

Por isso, devemos considerar que o discurso se encontra sempre inserido em uma prática social que, de maior ou menor intensidade, articula a nossa narrativa e as nossas ações, até mesmo a de analisar esses discursos criticamente

(GONÇALVES-SEGUNDO, 2018). Portanto, acertadamente, podemos defender que “o discurso tem um papel central na construção de identidades e subjetividades e que é um dos maiores instrumentos de poder” (CALDAS-COULTHARD, 2016, p. 199).

A prática social, englobando não apenas o poder, mas também a hegemonia e a ideologia, é acessada por meio das práticas discursivas que se definem pelas etapas de produção, distribuição e consumo de um texto e está fundamentada na tradição microssociológica ou interpretativista. A tradição microssociológica leva em consideração que a prática social em que está inserida é resultante de um procedimento consensual entre as pessoas ou os atores sociais (FAIRCLOUGH, 2008).

Para Fairclough, o objetivo da prática discursiva é apontar “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 289), já que a prática social, como prática macrossociológica, em seu quadro político, ideológico e hegemônico, é uma dimensão do evento comunicativo, à semelhança do próprio texto. Por conseguinte, também sua análise tem caráter interpretativista, visto que “verifica as questões de interesse na análise social, ou seja, analisa as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que maneira elas moldam a natureza da prática discursiva” (PEDROSA, 2008, p. 148).

Aceita-se, então, que todo e qualquer discurso é histórico e socialmente constituído, logo as dimensões que constituem uma sociedade (economia, política, cultura, ideologia, crenças, valores) precisam ser consideradas ao se analisar qualquer texto/discurso. Assim, se analisarmos um discurso em um contexto que envolve a comunidade surda, precisaremos englobar sua cultura, sua identidade, suas lutas inclusivas; enfim, precisamos englobar os Estudos Surdos.

2 Estudos Surdos: Educação e Língua do Povo Surdo

Os Estudos Surdos surgiram como um campo teórico que visa ao aprofundamento das perspectivas sobre a Surdez² e sobre o mundo surdo. Em uma perspectiva de inclusão, buscam dar visibilidade aos surdos e explorar suas narrativas de vida, de luta, de resistência, bem como o resgate de sua cultura (SKLIAR, 2016). Essa proposta traz à luz os direitos do Povo Surdo, sobretudo o linguístico, o direito do uso de sua língua, a Libras, no caso do Brasil, e seu uso no contexto da educação dos surdos.

Um dos marcos para a educação dos surdos foi o Congresso de Milão (ROCHELLE, 1880; SOUZA, 2014). As principais deliberações definiram o método oral para a educação de quem não ouve, e tal deliberação configurou-se em um atraso absurdo na educação dos surdos. Vemos, através desse fato, a imposição social da cultura ouvinte, dominante, sobre a comunidade surda, minoria linguística. Citamos, também, a visão “médica” com a qual os surdos conviveram

² A Surdez como entidade linguística e cultural é escrita com “S”, diferentemente da surdez auditiva, escrita com “s” (SACKS, 2010).

por anos e, infelizmente, ainda hoje, deixando de lado suas diferenças³, seus aspectos linguísticos e culturais (SACKS, 2010; SOUZA, 2014).

Os surdos, do Brasil, convivem com duas línguas em seu cotidiano (social e educacional), a Libras, sua língua natural, e o português, língua vernácula do país. Estudos recentes apontam a educação bilíngue como sendo a mais efetiva para o ensino-aprendizagem de surdos. Tal filosofia utiliza, no contexto educacional dos surdos, a língua de sinais⁴ como língua de instrução e a língua vernácula do país como segunda língua. De acordo com Quadros (1997), existem hoje duas formas de bilinguismo: na primeira, a aquisição da segunda língua ocorre praticamente junto com a primeira língua; na segunda, o ensino da segunda língua ocorre após a aquisição da primeira língua.

Devemos, nesse contexto, ponderar o que defende Quadros quando afirma que “as realidades psicossocial, cultural e linguística devem ser consideradas pelos profissionais ao se propor bilinguismo” (QUADROS, 1997, p. 29). Para que ocorra, de fato, uma educação bilíngue, a escola, a família, os profissionais devem estar preparados, assumindo uma postura adequada à realidade surda. O desenvolvimento da criança surda, como defendem vários experts, se dará através de sua língua natural, a língua de sinais, e, para isso, toda comunicação deverá acontecer espaço-visualmente. Para Sá (2002), o acesso e o uso de sua língua natural em todos os contextos de sua vida são “um dos principais elementos aglutinantes das comunidades surdas”, pois não se pode negar a devida “importância ao uso da língua de sinais na construção da(s) identidade(s) do surdo, pelo valor que a língua tem como instrumento de comunicação, de troca, de reflexão, de crítica, de posicionamento” (SÁ, 2002, p. 105-106).

Além de ser uma filosofia defendida em vários estudos, também já foi reivindicada pelos próprios surdos, como nos aponta Pedrosa (2019) em um estudo de documentos, produzidos por essa comunidade, que demonstram as reivindicações dos surdos quanto ao seu direito a uma educação bilíngue. Um dos documentos selecionados foi a Carta enviada ao Ministro da Educação, em 2012, dez anos após a Lei da Libras, pelos primeiros sete doutores surdos do Brasil nas áreas de Educação e Linguística. Na ocasião, foi solicitado ao ministro que “GARANTA AS ESCOLAS BILÍNGUES, COM INSTRUÇÃO EM LIBRAS E EM PORTUGUÊS ESCRITO, NAS DIRETRIZES EDUCACIONAIS DO MEC e que REFORCE a importância de sua inclusão no PNE” (PEDROSA, 2019, p. 142).

Através de suas análises, Pedrosa (2019, p. 143) aponta “que os textos nos oferecem condições de recuperar a memória discursiva e sócio-histórica da comunidade surda e sua luta por educação bilíngue”. E a autora nos deixa uma reflexão solidária à causa surda: “A busca por equidade na educação dos Surdos deveria ser uma questão não só dos Surdos e de seus familiares ouvintes; mas de toda uma sociedade” (PEDROSA, 2019, p. 144).

³ Utilizamos este termo em consonância com Sá (2002) e Perlin (2016).

⁴ “Tais línguas são naturais internamente e externamente, pois refletem a capacidade psicobiológica humana para a linguagem e porque surgiram da mesma forma que as línguas orais - da necessidade específica e natural dos seres humanos de usarem um sistema linguístico para expressarem idéias, sentimentos e ações” (QUADROS, 1997, p. 47).

A fim de completar este quadro teórico, trazemos o autor Honneth (2009) com sua proposta de uma gramática moral para o enfrentamento dos conflitos sociais.

3 Luta por reconhecimento: a luta do Povo Surdo por seus direitos

O livro *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais* é fruto de uma tese de livre-docência que Axel Honneth desenvolveu na Universidade de Frankfurt, no departamento de filosofia, sob a orientação de Jürgen Habermas. Por essas indicações já pressupomos a importância da obra e de sua aplicação para nossos propósitos.

Honneth trouxe outra visão para a teoria social inaugurada na Escola de Frankfurt⁵, em 1930, por Horkheimer e Adorno, quando da sua tese de doutorado intitulada *Crítica do Poder*, asseverando que seus antecessores, inclusive seu mentor Habermas, deixaram de lado a ação social do indivíduo como mediador na sociedade, considerada por Honneth a base para o entendimento de conflito social. A teoria crítica, apresentada por Honneth, tem como pilar a construção social da identidade e tem como “gramática moral” a luta pela construção dessa identidade, a luta por reconhecimento.

Honneth (2009) procura desenvolver uma teoria social, baseada no modelo conceitual de Hegel⁶, sua principal referência, de uma luta por reconhecimento. Para Hegel, o princípio da Luta por Reconhecimento está firmado nos seguintes pontos: “a importância que se dá à consciência do outro nas ações promovidas pelo sujeito; a reciprocidade é o alicerce que sustenta essa posição; o sujeito só se estabelece como tal porque tem outro que o reconhece enquanto sujeito” (SOUZA, 2014, p. 29) alcançando uma nova extensão de seu EU.

Não obstante, Hegel foi criticado por ter deixado a questão do reconhecimento apenas no âmbito metafísico. Honneth (2009, p. 66) afirma que “Hegel pagou o ganho teórico de sua virada para a filosofia da consciência com a renúncia a um intersubjetivismo forte”. Para ele, a obra de Hegel merecia um tratamento fenomenológico, pois era perfeitamente possível demonstrar empiricamente que as pessoas constituíam suas identidades às custas de um reconhecimento intersubjetivo.

Para Honneth (2009), a luta social que interessa à sua teoria é aquele conflito que tem origem em uma experiência de desrespeito social, em um ataque à identidade pessoal ou coletiva, em atitudes sociais que não consideram as necessidades do “outro”. Explicando a teoria de Honneth, Ventura se pronuncia assim:

Na teoria social de Honneth a ampliação das relações intersubjetivas de reconhecimento está integrada ao processo de individuação que resulta de lutas sociais por meio das quais vem a

⁵ Indicamos também: HONNETH, A. Teoria Crítica. In: GIDDENS; A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 503-552.

⁶ Honneth usa Hegel como primeira e principal referência, pois, segundo Honneth, Hegel utiliza em sua teoria princípios universalistas ao pensar no indivíduo e se preocupa com o desenvolvimento individual (HONNETH, 2009).

realizarem-se transformações sociais de ordem normativa. Os indivíduos trazem para a sociedade expectativas normativas e reivindicações de caráter moral com que buscam garantir meios de expressão da identidade e da auto realização. (VENTURA, 2011, p. 160).

Lê-se, então, que Honneth (2009) vê, nas lutas por reconhecimento, uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais. Assim, o filósofo e sociólogo indica que há três formas de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. Quando, em suas relações sociais, o sujeito é desrespeitado, começa (ou consideramos que deveria começar) sua luta por reconhecimento, por sua subjetividade. Nas relações primárias (amor), o sujeito busca modos de reconhecimento a fim de enfrentar maus-tratos e violência. Nas relações jurídicas (direitos), o sujeito almeja o respeito cognitivo para enfrentar a exclusão com a qual está lidando nas relações sociais. Na comunidade de valores (solidariedade), o sujeito ou o ator social, de modo a combater a degradação e a ofensa, busca a estima social. Sobre essa última, novamente trazemos Ventura e sua releitura de Honneth:

[...] a estima social [...] constitui-se no processo de interpretação de valores que valida critérios que escapam a um sistema universalmente válido. A organização moderna da estima social constitui-se pela disputa de um referencial valorativo passível de mensurar a contribuição social de determinadas propriedades e capacidades. O conteúdo das interpretações depende de qual grupo social consegue interpretar de maneira pública as próprias realizações e formas de vida, interpretações que se configuram como um campo permanente de luta social e conflito cultural. (VENTURA, 2011, p. 160).

As relações de reconhecimento, nessa “gramática moral”, se articula em três esferas: a esfera emotiva, na qual o sujeito terá uma confiança em si mesmo, autoconfiança, através de uma relação de amor, impulsionando-o em seus projetos pessoais; a esfera da estima social, na qual se desenvolve uma relação solidária que vai atribuir ao sujeito “um sentimento de orgulho do grupo ou de honra coletiva” (HONNETH, 2009, p. 209), alcançando a autoestima; e a esfera jurídica, em que o sujeito é reconhecido como moralmente imputável, podendo ter uma relação de autorrespeito. Vejamos, a seguir, a ilustração 1 trazida pelas autoras:



Ilustração 1 – Relações de reconhecimento na Gramática Moral.

Fonte: Elaboração das autoras com base em Honneth (2009).

Comunidade de valores e solidariedade são dois aspectos dessa teoria que serão focalizados neste artigo e têm a ver com a esfera da estima social, a qual é guiada pela autocompreensão cultural de seus membros, pois tanto suas capacidades quanto suas realizações são avaliadas intersubjetivamente à proporção em que colaboram na implantação de valores que são definidos culturalmente. Por isso, podemos afirmar que essa maneira recíproca de reconhecimento está relacionada à pressuposição da existência de um modelo de vida social pautada em objetivos comuns “cujos membros constituem uma *comunidade de valores*” (HONNETH, 2009, p. 200, grifo nosso) e no amálgama das suas diferentes individualidades. Logo, essa relação endógena de tais grupos e suas formas de interação adotam, de um modo geral, relações solidárias, já que cada membro se sente estimado entre si de forma equitativa, “pois por ‘solidariedade’ pode-se entender, numa primeira aproximação, uma espécie de relação interativa em que os sujeitos tomam interesse reciprocamente por seus modos distintos de vida, já que eles se estimam entre si de maneira simétrica” (HONNETH, 2009, p. 209, grifo do autor). Ademais, de acordo com o autor, o conceito vai além, na medida em que também se aplica à experiência que o grupo tem a partir da necessidade de desenvolver sua resistência diante dos conflitos sociais, principalmente no que diz respeito a seus direitos como grupo que os diferenciam de outros grupos.

Abaixo, apresentamos uma demonstração da estrutura das relações sociais de reconhecimento, priorizando a esfera da estima social.

Dimensões da personalidade	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo	Individualização, igualização
Autorrelação prática	Autoestima
Formas de desrespeito	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	“Honra”, dignidade

Quadro 1 – Estrutura das relações sociais de reconhecimento: a estima social.

Fonte: Recorte das autoras para o quadro de Honneth (2009, p. 211).

Com as exposições teóricas anteriormente expostas, imbricamos os Estudos Surdos à Luta por Reconhecimento, buscando, principalmente, no aspecto da

solidariedade, o reconhecimento da comunidade surda, enquanto grupo social ou comunidade de valores, por relações solidárias.

4 Caminho Metodológico: metodologia qualitativa-interpretativista

O primeiro aspecto a ser considerado neste tópico é que as investigações em ACD não seguem método único, evidenciando-se como pesquisa que se realiza em vários planos, nos quais se realizam determinadas seleções. Porém, algo comum é que o método escolhido vincule entre si teoria e observação (MEYER, 2003). Nesse contexto, utiliza-se, preferencialmente, a metodologia qualitativa-interpretativista, pois esta atende às pesquisas de cunho social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017).

Dentre os discursos que circularam no Facebook por ocasião da aplicação da prova do ENEM 2017, selecionamos o texto de um surdo⁷ para, através de uma metodologia qualitativa-interpretativista, ser analisado. O objetivo desse tipo de perspectiva, utilizada nas pesquisas em ACD, no que tange à sua parte qualitativa, relaciona-se com os fatos do mundo social, e, por conseguinte, a parte interpretativista dará sentido às ações sociais dos sujeitos no mundo social (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Para atender ao nosso escopo, estabelecemos um diálogo entre a ACD e duas outras áreas: os Estudos Surdos e a Luta por Reconhecimento, como já demonstrado. Nos Estudos Surdos, abordamos a importância da cultura, da língua e da história na educação dos surdos (QUADROS, 1997, 2006). E, para entender o posicionamento reivindicatório dos surdos por reconhecimento, dialogamos teoricamente com a teoria da Luta por Reconhecimento (HONNETH, 2009), visto que ela dará o tom principal das análises e das reflexões.

A ACD engloba análises de cunho linguístico e de cunho micro e macrossociológico. Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), a tradição de base linguística, ou seja, a análise textual, está no campo da Linguística; já a tradição microssociológica, por sua vez, dá conta da análise discursiva, ao passo que a tradição macrossociológica se refere às análises da prática social.

Dessa forma, como convém às pesquisas em análise crítica, para se obter os dados, seguimos os métodos de extração. A coleta do *corpus* foi realizada em consonância com o objetivo inicial, qual seja, analisar o discurso reivindicatório do surdo sobre o direito a uma vida social inclusiva como resposta aos posicionamentos excludentes dos ouvintes sobre o tema da redação do ENEM 2017. Para tanto, utilizamos a ferramenta de busca do Facebook, selecionando o mês e o ano da data da prova do ENEM, novembro e 2017. Em sequência, de modo a atingir o objetivo, coletamos um comentário de um sujeito discursivo surdo⁸ no Facebook, acreditando que

[...] o poder socializante do Facebook é o que o distingue das outras mídias sociais e, conseqüentemente, o que confere a ele um

⁷ O texto original, no Facebook, foi escrito em Língua Portuguesa.

⁸ A identificação do sujeito discursivo se deu por meio da leitura do comentário, tendo em vista que o sujeito se identificou na sequência discursiva.

grande poder é a sua capacidade de empoderar o usuário, pois permite a produção e veiculação de conteúdo para um grande número de pessoas, o que antes só era privilégio dos veículos de comunicação de massa como jornais, rádios, redes de televisão, etc. Afirmamos ainda que não dá para não pensar o fenômeno Facebook sem associá-lo à ideia de espetacularização da vida, e que esse pensar leva a ressignificação do sujeito e de sua luta para ser reconhecido numa sociedade cada vez mais individualizada e conflitiva. (SOUZA, 2016, p. 114-115).

Já para as análises, percorreremos categorias linguísticas com o Sistema da Avaliatividade da Gramática Sistemico-Funcional. Para as categorias discursivo-sociais, priorizaremos as categorias da “Gramática moral” respaldadas pela ACD e pelos Estudos Surdos.

O percurso analítico pode ser resumido assim: definição do objeto de estudo (comentário no Facebook sobre o tema da redação do ENEM 2017); elaboração do objetivo (analisar o discurso reivindicatório do surdo sobre o direito a uma vida social inclusiva como resposta aos posicionamentos excludentes dos ouvintes sobre o tema da redação do ENEM 2017); identificação das áreas de interface que atendem ao objetivo (ACD, ES, LR, GSF); seleção das categorias de cada área interfática que alcancem o objetivo proposto (solidariedade como categoria comum às áreas); articulação da discursividade à sua materialidade textual (avaliatividade da GSF); estabelecimento do diálogo entre as áreas definidas e sua materialidade como pressuposto para os resultados analíticos a serem demonstrados; identificação dos sentidos sociais representados e construídos no discurso; relacionamento dos sentidos identificados às questões sociais situadas/contextualizadas. Os últimos caminhos serão demonstrados durante a análise e a reflexão (PEDROSA, 2016).

Para o caminho linguístico necessário à análise, pontuaremos apenas alguns aspectos da GSF, outros aspectos serão indicados na própria análise. Como já foi exposto, essa gramática é bastante utilizada na ACD para pesquisas de cunho social, sobretudo por ter foco no uso da língua no contexto social. Ela é uma teoria sociossemiótica que relaciona os recursos léxico-gramaticais com a semântica e o discurso (FUZER; CABRAL, 2014).

Santos (2014, p. 165), fazendo sua releitura de Halliday e Matthiessen (2004), explica-nos que “a perspectiva funcional tem como premissa básica de interesse a verificação como os usuários da língua se comunicam eficientemente em diversos contextos”. E, por assumir esse posicionamento, os aspectos principais que alicerçam as discussões englobam três bases: “o uso (em relação ao sistema); o significado (em relação à forma) e o social (em relação ao indivíduo)” (SANTOS, 2014, p. 165).

O pai da GSF, Halliday ([1978] 2004), defendeu a primazia da função comunicativa ou uso da linguagem, e, assim, pensou em três elementos funcionais da língua, os quais foram denominados de metafunções, a saber: ideacional, interpessoal e textual. A ideacional é como representamos nossa visão de mundo, nossas ideias, nossos pensamentos e toda e qualquer emoção. A metafunção interpessoal diz respeito às relações entre os interactantes e seus papéis, bem como suas atitudes manifestadas na linguagem. Já a textual, por fim, trata da

organização das ideias em textos e dos recursos disponíveis na língua (SANTOS, 2014; VIAN JR.; DE SOUZA, 2017).

Para a análise, utilizamos o Sistema de Avaliatividade, o qual categoriza os recursos léxico-gramaticais do discurso utilizados nas avaliações e faz parte da metafunção interpessoal (VIAN JR., 2010). Santos explica essa função como segue:

A metafunção interpessoal está relacionada com o aspecto da organização da mensagem como um evento interativo que envolve falante, escritor e público. Centra-se nas relações de troca da oração. Ela permite ao falante participar do evento da fala fazendo com que ele crie e mantenha relações sociais. É através desta função que os falantes expressam suas opiniões, julgamentos e atitudes. (SANTOS, 2014, p. 12).

Nessa metafunção, o Sistema de Avaliatividade é dividido em três subsistemas: Atitude, Gradação e Engajamento. Através desses subsistemas, é possível valer-se de vários recursos, como, por exemplo, expressar emoção no discurso (Afeto), fazer julgamentos de pessoas (Julgamento) e coisas (Apreciação), quantificar o grau de avaliação (Gradação) e estabelecer uma relação com o interlocutor (Engajamento) (VIAN JR., 2010).

Com base no que foi expresso no aporte teórico e nos caminhos metodológicos e linguísticos, procederemos, a seguir, às análises e às reflexões.

5 Análise e Reflexão: um olhar solidário à causa surda

A ACD vem, por um lado, romper com os estudos estagnados das ciências sociais, que não incluíam as análises da tessitura textual, e, por outro, com os das análises linguísticas, que não incluíam as questões sociais. Consideramos, neste estudo, que a “percepção dessa interconexão entre práticas e discursos, entre ações pela linguagem e elementos da prática social que permitem tais ações é fundamental para a superação [dessas] tradições” indicadas, e, desse modo, “a proposta dada pela ADC foi a combinação da análise do texto com a análise social (BATISTA JR.; SATO; MELO, 2018, p. 12). Esse é o procedimento que iremos assumir, neste ponto do texto, a partir do comentário selecionado para análise, apresentado na sequência.

Exemplo:

“Desde o domingo (5/11/2017) muito se fala sobre o tema da redação do Enem 2017. Comentários falando bem, dizendo que é preciso abordar tal problemática, e outros, não tão bem assim, utilizando palavras de baixo calão, xingamentos e ameaças aos surdos e outros que me deixou indignada. Pensei muito antes de fazer este texto. Não queria causar polêmica aqui na minha rede social, mas os comentários que li em diversos locais, algumas até mesmo aqui, no meu feed, fizeram com que eu tomasse “coragem” e escrevesse. Então, vamos lá... Primeiramente, surdos não são apenas aqueles que fazem uso exclusivamente de Libras. Existem aqueles que nasceram com perda auditiva e foram oralizados, e aqueles que perderam audição com o tempo. Muitos utilizam de tecnologias para se comunicar: IC (Implante Coclear) ou AASI (Aparelhos de Amplificação Sonora Individual), o popular aparelho auditivo. Agora vamos ao motivo deste texto... Comentários que vi na internet tinham em sua grande maioria estes conteúdos: “O tema não deve ser debatido por

adolescentes que estão tentando ingressar no nível superior, e sim, por profissionais da educação.”, “Que tema desnecessário!”...Outros nem irei citar devido as palavras usadas. Este tema deve SIM ser discutido por todos, desde a escolinha até a velhice!! É preciso ter empatia pelo colega surdo!! Vocês que fazem tal comentário não tem ideia das dificuldades enfrentadas em uma sala de aula por eles. Faltam intérpretes de libras para os surdos sinalizados. Os professores falam andando pela sala, ou ficam de costas para a classe, o que dificulta a compreensão dos surdos oralizados. Sem falar no data show, quando utilizado, aquele escurinho é um tormento. Já era a leitura labial!! Então esse tema não deve ser discutido? A classe muitas vezes não colabora com colega, fazendo bagunça, conversando, excluindo, ou até mesmo praticando bullying com o colega surdo. E esse tema não deve ser discutido? Imagine você que adora cinema, porém não ouve, ou ouve e compreende pouco. Tem aqueles filmes nacionais top, que todos estão comentando. Você está louco para assistir. Infelizmente filmes nacionais não possuem legenda. Você não poderá assistir. Conversar em grupos de amigos, é extremamente difícil para os surdos. Muitas vezes eles não conseguem acompanhar. Muita gente falando ao mesmo tempo é um tormento!! Piora se for em barzinhos, restaurantes, festas... e por aí vai... Telefone? Celular? Áudios do Whatsapp? São pesadelo para os surdos! Sabe o que é você não entender nada? Pois é, e muitas vezes as pessoas do outro lado da linha ou no Whatsapp não entendem essa dificuldade. E quando você está conversando pessoalmente com alguém e tem que pedir ela para repetir várias e várias vezes, pois você não entendeu nada. Ela fecha a cara ou acaba sendo grossa. Sabe o que é você não ouvir o vento, a chuva, o canto dos pássaros? Sabe o que é não ouvir a campainha da sua casa? O telefone tocando? Alguém te chamando em casa ou na rua? Citei esses exemplos, pois enfrento essas dificuldades diariamente! Sou surda oralizada! Volto a dizer, esse tema deve ser discutido SIM! Mas é como diz o ditado “pimenta nos olhos dos outros é refresco!” não é mesmo? Você só deixa de achar o tema sem relevância, quando sente na própria pele! Vamos ter mais empatia pelo próximo! Vamos respeitar o próximos! Vamos ajudar o próximo em suas dificuldades!”

Para a ACD, a prática discursiva colabora não somente na representação da sociedade, nas suas identidades, nas suas interações sociais e nas suas crenças, mas também, por outro lado, proporciona a transformação dessa sociedade. Nesse sentido, as práticas discursivas são influenciadas pelas práticas sociais e abrangem métodos de produção, distribuição e consumo dos textos. Assim, aceita-se, sem dúvida, que os textos são formados a partir de contextos particulares e compreendem maneiras de produção, distribuição e consumo variadas (FAIRCLOUGH, 2008; LIRA; ALVES, 2018).

Nessa direção é que procederemos à análise e à reflexão do comentário, no Facebook, de um sujeito discursivo surdo. Este inicia esclarecendo o leitor sobre o que será falado (o tema). E, ainda no primeiro parágrafo, já observamos um julgamento (negativo) do comportamento de pessoas que fizeram comentários sobre o tema do Enem “utilizando palavras de baixo calão, xingamentos e ameaças aos surdos e outros”, aspecto que deixa o sujeito discursivo “indignada”, escolha lexical que é uma justificativa de todo o seu comentário. Para a GSF, e referendados em Almeida (2010), o julgamento é um recurso semântico para expressar linguisticamente, no discurso, como o sujeito avalia, tendo como base as convenções sociais e os comportamentos humanos; assim sendo, o julgamento do caráter e das atitudes pode ser positivo ou negativo.

No parágrafo seguinte, o sujeito mostra que tem certo temor ao expor um comentário em sua rede social, expondo isso através dos fragmentos “Pensei muito antes de fazer este texto” e “Não queria causar polêmica aqui na minha rede

social”, por ter consciência de que uma rede social, ao mesmo tempo que é um veículo de integração, é também um veículo de violência comunicativa, violência essa explicada por Breves e Sampaio:

A rede social “vende a ilusão” de que fica assegurada a proteção da civilização, ao mesmo tempo que se consegue a libertação do sofrimento de aprisionamento. Seria como se lá no virtual fosse possível estar livre das regras civilizatórias, pois lá no virtual eu posso matar, roubar, xingar, etc., sem punição. Dessa forma, a internet, pelo seu alcance e velocidade, pelo instantâneo em unir um grande grupo de pessoas, acaba funcionando como um instrumento a serviço da ilusão de que, por exemplo, ser um troll ou um hater é ser livre e poderoso. (BREVES; SAMPAIO, 2014, p. 79, grifo das autoras).

No entanto, envolvida por emoções (Afeto), o que é observado em outros trechos do comentário, e por sentir que aquele é o momento de expressar sua história enquanto surda e que visão de mundo foi construída (metafunção ideacional), o sujeito toma “coragem”, tendo em vista que “a história cultural é um lugar onde podemos guardar os sentimentos e os pensamentos para despertar, animar e incentivar a coragem, constância e outros valores com os quais o Povo Surdo luta e sente-se como um todo único”. E mais: essa história cultural não se apaga “e mantém o caráter vivo, tendo em vista suas indagações, representações, empenho e o sonho do futuro” (PERLIN; STROBEL, 2014, p. 30). Assim, a lexia “coragem” expressa emoção no discurso, bem como expressa posicionamento de enfrentamento contra a voz do desrespeito quanto aos direitos de sua comunidade de valores.

A história de desrespeito ao surdo e sua especificidade como minoria linguística abrangem várias fases de sua história (STROBEL, 2009), o que culmina, no Congresso de Milão (1880), com as decisões pela oralização. Kinsey, o secretário do evento para a língua inglesa, registra que o Congresso, “considerando a incontestável superioridade da fala sobre os sinais, restaurando o surdo-mudo para a sociedade e dando-lhe um perfeito conhecimento da língua”, toma o seguinte posicionamento: “Declara que o método oralista deve ser preferido ao dos sinais para a educação e a instrução dos surdos e mudos” (KINSEY, 1880, p. 04)⁹. Essa foi uma decisão que se reflete até os dias atuais, haja vista os comentários dos internautas sobre o tema da redação do ENEM ao demonstrarem desconhecer completamente a causa surda.

Nos parágrafos seguintes, o sujeito discursivo coloca várias dificuldades enfrentadas por surdos, por exemplos, no ambiente escolar, a falta de intérpretes de Libras em sala de aula, a falta de empatia de professores e colegas, as

⁹ “The Congress

Considering the incontestable superiority of speech over signs in restoring the deaf-mute to society, and in giving him a more perfect knowledge of language,
Declares

That the Oral method ought to be preferred to that of signs for the education and instruction of the deaf and dumb” (KINSEY, 1880, p. 04).

dificuldades do dia a dia; no âmbito social, a falta de legenda no cinema nacional, a impaciência de algumas pessoas ao conversarem com um surdo etc.; configurando estes aspectos descritos como uma representação da Metafunção ideacional. Devido a toda a sua carga de sofrimentos e sua luta por reconhecimento, podemos ver o uso do recurso semântico afeto, através do qual o sujeito expressa seus sentimentos no discurso (ALMEIDA, 2010), como destacado nos trechos seguintes: “É preciso ter empatia pelo coleguinha surdo”, “não tem ideia das dificuldades enfrentadas em uma sala de aula por eles”, “praticando bullying com o colega surdo”, “Sabe o que é você não ouvir o vento, a chuva, o canto dos pássaros?”.

Por último, o apelo por empatia e respeito e por sua comunidade de valores continua, apelo esse por reconhecimento das dificuldades dos surdos, ao mesmo tempo que faz um julgamento por estima social, avaliando o comportamento das pessoas que não são solidárias à causa surda. Considerando-se esse aspecto pelo viés da LR, podemos trazer Honneth (2009) quando destaca o fator cultural, num seio social, como determinante para orientar a estima social. O estudioso salienta que

A autocompreensão cultural de uma sociedade predetermina os critérios pelos quais se orienta a estima social das pessoas, já que suas capacidades e realizações são julgadas intersubjetivamente, conforme a medida em que cooperaram na implementação de valores culturalmente definidos; neste sentido, essa forma de reconhecimento recíproco está ligada também à pressuposição de um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns. (HONNETH, 2009, p. 200).

Para se entender a expressão “estima social” nas duas áreas em diálogo, explicamos que a estima social, na Gramática Sistêmico-Funcional, corresponde a um julgamento ético, o qual envolve admiração ou crítica sem implicações legais (ALMEIDA, 2010). Assim, também para Honneth (2009), na gramática moral dos conflitos sociais, a estima social é determinada por uma visão de objetivos éticos definidos socialmente.

A ciência crítica, espaço em que se insere a ACD, define-se pela busca de justiça e equidade, e, para tal, sua reflexão precisa estar inserida no contexto sócio-histórico do qual as noções democráticas emergem, pois “o discurso encontra-se sempre *encaixado* em uma prática social que, em maior ou menor grau, estrutura os nossos dizeres e as nossas ações – inclusive, a de analisar discursos criticamente” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 79, grifo do autor).

Foi desse lugar de fala que analisamos criticamente o discurso do *corpus*. O contexto sócio-histórico nos situa numa prática social brasileira de acesso ao ensino superior. A prova é aplicada a candidatos que concluíram o Ensino Médio e que estão inseridos em uma sociedade diversificada, em que os grupos vulneráveis pleiteiam sua causa: mulheres, pobres, pessoas em situação de rua, surdos, entre outros grupos. Então como podemos considerar que não seria um tema para esses candidatos, como alegam outras vozes no texto analisado (Engajamento)?

É necessário, como nos lembra Van Dijk (2008), que os acadêmicos, no papel de analistas críticos, direcionem suas pesquisas em colaboração e

solidariedade com esses grupos vulneráveis. Assim, é preciso explicitar as discriminações incrustadas nas estruturas das relações sociais, denunciando as formas de desrespeito que conduzem à degradação e à ofensa na esfera da estima social, já que toda e qualquer comunidade busca formas de reconhecimento para sua comunidade de valores, atingindo, desse modo, “honra” e respeito.

Para a comunidade surda, a questão linguística se destaca entre as suas reivindicações. Nesse contexto, evocamos Honneth (1999), que, com base em Harbemas, afirma que “a forma de vida dos seres humanos distingue-se por uma intersubjetividade enraizada nas estruturas da língua”; logo, para que ocorra “a reprodução da vida social, a busca da compreensão mútua graças a língua representa um pressuposto fundamental, o mais importante mesmo” (HONNETH, 1999, p. 538).

Esse é um pressuposto que faz parte dos direitos humanos, e, com base no *Manual da Educação para os Direitos Humanos* (MOREIRA; GOMES, 2012, p. 578-582), queremos evidenciar alguns verbetes do seu Glossário:

Ação Afirmativa: um conjunto de ações ou programas específicos concebidos para aumentar as oportunidades educacionais e de emprego de indivíduos ou grupos, aos quais tenham sido negados plena participação e acesso nesse âmbito.

Direitos Culturais: os direitos a preservar e a gozar a sua identidade cultural e desenvolvimento.

Discriminação Direta: ocorre quando uma pessoa ou um grupo de pessoas recebe tratamento menos favorável do que outra pessoa ou grupo na mesma situação receberia, devido ao sexo, idade, cor, origem nacional ou étnica, religião, língua, deficiência, identidade sexual, etc.

Discriminação Indireta: inclui práticas ou políticas que parecem ser “neutras” ou “justas” mas, adversamente afetam uma maior proporção de pessoas de um grupo específico. Pode ocorrer mesmo quando não há intenção de discriminar.

Minoria: “um grupo numericamente inferior ao resto da população de um Estado, em posição não dominante, cujos membros – sendo nacionais desse Estado – possuem características étnicas, religiosas ou linguísticas diferentes das do resto da população e demonstre, pelo menos de maneira implícita, um sentido de solidariedade, dirigido à preservação de sua cultura, de suas tradições, religião ou língua” (Francesco Capotorti, ex-Relator Especial das Nações Unidas).

Esses verbetes selecionados nos levam a refletir sobre como a sociedade ou, mais especificamente, o sistema educacional precisa ainda continuar a gerir ações afirmativas que possam oportunizar melhor a comunidade surda, a fim de que seus direitos culturais e identitários sejam respeitados. Então, pelo que podemos verificar, os surdos, como minorias linguísticas, têm sido afetados por discriminação indireta, uma vez que verificamos alguns rótulos de políticas inclusivas, mas que ainda não foram totalmente rompidos para que os surdos tenham plenamente acesso a seus direitos.

Considerações finais

Os resultados da análise, a partir das teorias em diálogo e do objetivo proposto, demonstraram que a educação dos surdos, mesmo com alguns avanços – como o reconhecimento de sua língua por Lei e Decreto (BRASIL, 2002, 2005), o

atendimento educacional especializado, o uso de tecnologia assistiva, os serviços de tradutores e intérpretes –, está aquém de uma sociedade que possa ser classificada como inclusiva, a despeito de toda a discussão social que moveu as mídias sociais sobre a temática do ENEM (2017) que contemplava a educação dos surdos. Nessa direção, Sá assinala que “o processo educacional é um território de lutas no qual se constituem – e ao mesmo tempo se negam – as múltiplas identidades surdas” (2002, p. 355).

Com certeza, as representações que a sociedade e, mais especificamente, os educadores têm sobre a surdez e os surdos tanto interferem quanto influenciam nas representações que os próprios surdos têm sobre si mesmos e sobre seu povo. Essa forma de reconhecimento recíproco está ligada também à pressuposição de um contexto de vida social no qual os membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns (HONNETH, 2009).

Portanto, a educação de surdos precisa ser pensada em sua diversidade linguística e cultural, respeitando-se sua língua como um direito linguístico, para que, assim, o sujeito adquira o “autorrespeito”, ou seja, tenha condições de se colocar positivamente em relação a si mesmo (HONNETH, 2009). Em suma, tal experiência de ter seus direitos reconhecidos traz ao sujeito a oportunidade de se ressignificar.

Referências

ALMEIDA, Fabíola Sartin Dutra Parreira. Atitude: afeto, julgamento e apreciação. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira (Orgs.). *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 99-112.

BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Orgs.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018.

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 06 jan. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 06 jan. 2019.

BREVES, Beatriz; SAMPAIO, Virginia. *A maldade humana: como detonar uma pessoa no Facebook*. Baseado em uma história real. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. Análise do discurso anglo-saxônica e semiótica social crítica. In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). *Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016. p. 199-224.

CRUZ, Rafael Souza da; PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise Crítica do Discurso: mapeando pesquisas de aplicações pedagógicas em sala de aula. In: IX Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, v. 1. p. 1-17.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. Discurso e prática social. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Orgs). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 78-103.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.

HONNETH, Axel. Teoria crítica. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. (Orgs). *Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 503-552.

KINSEY, Arthur Alfred. *Report of the proceedings of the International Congress of the Education of the Deaf held at Milan*. September 6th-11th. London: W. H. Allen & Co, 1880.

LIRA, Luciane Cristina Eneas; ALVES, Regysane Botelho Cutrim. Teoria social do discurso e evolução da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Orgs). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 104-122.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora UnB, 2017.

MEYER, Michael. Entre la teoría, el método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003. p. 35-59.

MOREIRA, Vital; GOMES, Carla de Marcelino (Coordenadores). *Compreender os Direitos Humanos - Manual da Educação para os Direitos Humanos*. 3. ed. Versão original Wolfgang Benedek. Graz, Áustria, 2012. Disponível em: <http://igc.fd.uc.pt/manual/index.html>. Acesso em: 24 mai. 2020.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Análise crítica do discurso: do linguístico ao social no gênero midiático (interface: letras e comunicação social)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. *Abordagem Sociológica e Comunicacional Do Discurso (ASCD): uma corrente para fazer Análise Crítica do Discurso*. PARTE 1: Herança teórica da Sociologia (Aplicada) para a Mudança Social. Natal: UFRN, 2012. Texto fundador. Disponível em: <http://ascd.com.br/v1/>. Acesso em: 29 jan. 2022.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Análise crítica do discurso e a proposta da corrente nacional: da abordagem às primeiras pesquisas. In: KALLARRARI, Celso; BESSA, Décio; PEREIRA, Aline Santos (Orgs.). *Estudos linguísticos e formação docente*. São Paulo: Pontes, 2016, p. 69-100.

- PEDROSA, Cleide Emília Faye. Entre a inclusão e a exclusão: caminhos da educação de surdos no Brasil. *Muiraquitã*, UFAC, v. 7, n. 2, p. 130-145, 2019.
- PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. p. 51-73.
- PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. *Educar em Revista*, Edição Especial, n. 2, p. 17-31. Curitiba: Editora UFPR, 2014.
- QUADROS, Ronice Muller de. *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- QUADROS, Ronice Muller de; SCHMIEDT, Magali L. P. *Idéias para ensinar português para alunos surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2006.
- ROCHELLE, Ernest. L. *Le Congrès de Milan pour l'amélioration du sort des sourds- muets; rapport adresse a M. Eugène Pereire*. Paris: M. Saint-Jorre, 1880.
- SÁ, Nídia Regina Lima de. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.
- SANTOS, Zaira Bomfante dos. A Linguística Sistêmico-Funcional: algumas considerações. *SOLETRAS – Revista do Departamento de Letras da FFP/UERJ*, n. 28, jul./dez. 2014.
- SACKS, Oliver. W. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.
- SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016.
- SOUZA, Mário César de. *A "Luta por reconhecimento" no facebook: a comunicação social nas redes sociais, uma interpretação sociológica*. 2016. 103f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. *Tobias Leite: educação dos surdos no século XIX*. Editora UFS, 2014.
- STROBEL, Karin Lilian. *História da educação de surdos*. Material de estudos da disciplina História da Educação dos Surdos. Licenciatura em Letras Libras. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.
- VENTURA, Tereza. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 159-170, out. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n40/12.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- VIAN JR., Orlando. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação. In: VIAN JR., Orlando; SOUZA, Anderson Alves de; ALMEIDA, Fabíola Aparecida Sartin Dutra Parreira (Orgs.). *A linguagem da avaliação em língua portuguesa*. Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 19-29.

VIAN JR., Orlando; DE SOUZA, Maria Medianeira. Linguística Sistêmico-Funcional e suas contribuições à pesquisa linguística no contexto brasileiro. *Revista Odisseia*, v. 2, p. 185-203, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/12887/9024>. Acesso em: 10 jun. 2019.

VIEIRA, Josenia Antunes.; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira de (Orgs). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 48-77.

Para citar este artigo

ALVES, Juliana Barbosa; PEDROSA, Cleide Emília Faye. “Comunidade de valores”: discursos reivindicatórios dos surdos por solidariedade. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 10, n. 3, p. 1271-1290, set.-out. 2021.

As autoras

Juliana Barbosa Alves é mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe; Graduada em Letras Libras na Universidade Federal de Sergipe.

Cleide Emília Faye Pedrosa tem pós-doutorado em Linguística; é docente do Departamento de Letras Libras e do Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal de Sergipe.